



Instituto
Centro
de Vida

A close-up photograph of a person's hands planting a small green seedling into dark brown soil. The person is wearing blue jeans and brown boots. The hands are positioned to gently press the soil around the base of the plant. The background shows more soil and some green grass.

Relatório de Atividades 2012

O Instituto Centro de Vida (ICV) foi fundado em 14 de abril de 1991. É uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de direito privado, caráter científico/cultural, autônoma, apartidária e sem fins lucrativos, decretada de utilidade pública em Mato Grosso pela lei estadual nº 6.752/96. Nossa missão é construir soluções compartilhadas para a sustentabilidade do uso da terra e dos recursos naturais.

ICV é dirigido e administrado pela Assembleia-Geral, Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Coordenação Executiva.

Conselho Diretor
Sérgio Henrique Guimarães (presidente), Adriana de Carvalho Barbosa Ramos, Alexandra Reschke, Carlos Souza Júnior, Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray, João Flavio Veloso, José Augusto Pádua, Maria Amalia Souza, Mariana Antonio de Paiva, Peter Herman May e Tamara Mohr.

Conselho Fiscal
André Alves, Gisele Souza Neuls e Lafayette Garcia Novaes Sobrinho

Coordenação Executiva
Coordenador Executivo: Laurent Micol
Coordenador Adjunto: Renato Farias
Coordenador Administrativo-Financeiro: Walter Ariano Júnior

ICV Cuiabá
Fone: +55 (65) 3621 3148
Endereço: Rua Américo Salgado, 1890, Santa Helena
Cuiabá - MT - Brasil
CEP: 78045-055

ICV Alta Floresta
Fone: +55 (66) 3521-8555
Endereço: Av. Ariosto da Riva, 3473, Centro
Alta Floresta - MT - Brasil
CEP: 78580-000

ICV Cotriguaçu
Fone: +55 (66) 3555-1165
Endereço: Rua Geneci Castanha, 141 – Centro
Cotriguaçu/MT
Cep: 78.330-000

Nossa missão é construir
soluções compartilhadas
para a sustentabilidade do uso
da terra e dos recursos
naturais

A saída de **Alta Floresta da lista de municípios críticos do desmatamento da Amazônia em abril de 2012** coroou uma relação de quase uma década do ICV com este município. Esta história nasceu quando expandimos nossa atuação para o Norte do estado, executando projetos de combate aos incêndios florestais. Para sair da lista, o município precisou reduzir significativamente as taxas de desmatamento e investir pesado na regularização ambiental das propriedades rurais. Hoje, com 80% de sua área com Cadastro Ambiental Rural (CAR), Alta Floresta caminha para se tornar um “município verde”, aproveitando a mobilização de todos os segmentos da sociedade para promover uma transição rumo à sustentabilidade.

Apostamos nesta transição e acreditamos que um dos caminhos é aliar a produção agropecuária com conservação e desenvolvimento, especialmente se considerarmos que Alta Floresta possui o quarto maior rebanho bovino de Mato Grosso. A iniciativa Pecuária Integrada de Baixo Carbono, cujo projeto piloto começou

a ser desenvolvido em Alta Floresta ainda em 2012, faz parte deste caminho, que incentiva a adoção de um conjunto de boas práticas que sejam rentáveis, eficientes, perenes e com menos impactos sobre os recursos naturais.

Alta Floresta é um exemplo que inspira o trabalho do ICV em outros municípios, como Cotriguaçu, onde realizamos uma intensa mobilização para construir uma **Cotriguaçu Sempre Verde**. Embora esteja na lista crítica do desmatamento, Cotriguaçu ainda possui 80% de sua cobertura florestal intacta, e sofre com a pressão da expansão da fronteira agrícola. Lá, vimos desenvolvendo iniciativas que aliam apoio ao desenvolvimento da gestão ambiental municipal, o bom manejo florestal (Prodemflor), as boas práticas agropecuárias, o apoio à governança social e ambiental nos assentamentos e a integração das áreas protegidas.

O piloto de monitoramento dos planos de manejo florestal, através do Prodemflor, é um dos importantes passos desse trabalho, pois, assim como a pecuária é central no

Em 2007 o Ministério do Meio Ambiente criou uma lista que enquadrou 43 municípios como críticos do desmatamento em toda a Amazônia, impondo várias sanções como embargo ao crédito rural para propriedades sem CAR. Mato Grosso ainda possui 22 municípios nesta lista

O projeto Cotriguaçu Sempre Verde visa contribuir para a construção de uma nova trajetória de desenvolvimento socioambiental e econômico para esse município. Para isso, desenvolve iniciativas que aliam o apoio a gestão ambiental municipal, o bom manejo florestal (Prodemflor), as boas práticas agropecuárias, o apoio à governança social e ambiental nos assentamentos e a integração das áreas protegidas.

desenvolvimento de Alta Floresta, a produção madeireira é vital nesta região. Um trabalho intenso e desafiador de mobilização de diferentes atores sociais para a construção de soluções de sustentabilidade.

Mobilização, aliás, foi uma palavra-chave no ano de 2012. Foi necessária muita mobilização de toda a sociedade civil para barrar o zoneamento ruralista preparado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador de Mato Grosso no ano anterior desprezando os estudos técnicos e as contribuições da sociedade nas audiências públicas. Embargado pela justiça, o Zoneamento Sócio-Ecológico e Econômico terá que ser revisto.

Nossa capacidade de mobilização e facilitação de processos aliada à produção de informação de qualidade foram fundamentais para que a construção do Sistema Estadual de REDD de Mato Grosso se desse de forma participativa e com forte embasamento técnico. Da mesma

forma, contribuimos com proposições compartilhadas para o monitoramento e controle da exploração florestal em Mato Grosso e para a implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas (PPCDQ-MT).

Este acúmulo de experiências, expertises, informações e atuação em rede que marcam o trabalho do ICV extrapola os limites de Mato Grosso, valorizando nosso papel entre as organizações que atuam na Amazônia. Em 2012, o reconhecimento desse papel foi evidenciado pela escolha do ICV para a Secretaria Executiva da **Articulação Regional Amazônica (ARA)**, que tem o desafio de articular esforços coletivos de conservação e uso sustentável da PanAmazônia.

A ARA é uma rede composta por 54 organizações de 7 países que integram a bacia amazônica: Bolívia, Brasil, Peru, Colômbia, Equador Venezuela e Suriname

Apresentamos aqui nossas atividades e resultados de 2012, organizados por Programas e Departamentos. As ações das novas Iniciativas do ICV a partir de 2013 podem ser acompanhadas através de nosso site.

Programas

Governança Florestal
fomenta e participa de espaços de diálogo social sobre planejamento territorial, gestão florestal e políticas para a redução e o controle do desmatamento.

Conservação e Serviços Ecosistêmicos
promove ações de conservação e valorização dos Serviços Ecosistêmicos na Amazônia Meridional.

Sustentabilidade
trabalha a sustentabilidade da agricultura familiar sob uma perspectiva agroecológica.

Departamentos

Geotecnologias
gera e disponibiliza informações para a gestão ambiental com base em técnicas e ferramentas de sensoriamento remoto, geoprocessamento e serviços web.

Políticas Públicas
trabalha de forma transversal no que diz respeito aos processos de discussão e construção de políticas públicas.

Comunicação
cuida dos posicionamentos institucionais e da difusão de informações, campanhas, produtos e resultados dos projetos.

Iniciativas (a partir de 2013)

Transparência Florestal | Promover melhorias na gestão florestal estadual, monitorando a sua implementação e fortalecendo o seu controle social

Incentivos econômicos para REDD+ | Promover incentivos econômicos para a conservação das florestas e a adoção de melhores práticas agropecuárias e florestais

Defesa Socioambiental | Mitigar ou contrapor ameaças à sustentabilidade socioambiental, como as grandes obras de infraestrutura, retrocessos na legislação e gestão florestal e redução de áreas protegidas

Municípios Sustentáveis | Estruturar e fortalecer a governança socioambiental nos municípios da região norte e noroeste do estado, visando reduzir o desmatamento e criar as condições necessárias para o desenvolvimento local sustentável

Pecuária Integrada | Promover melhores práticas na pecuária bovina visando diminuir a pressão de expansão sobre áreas florestais, reverter a degradação ambiental, melhorar as relações sociais e aumentar a qualidade da produção e a renda

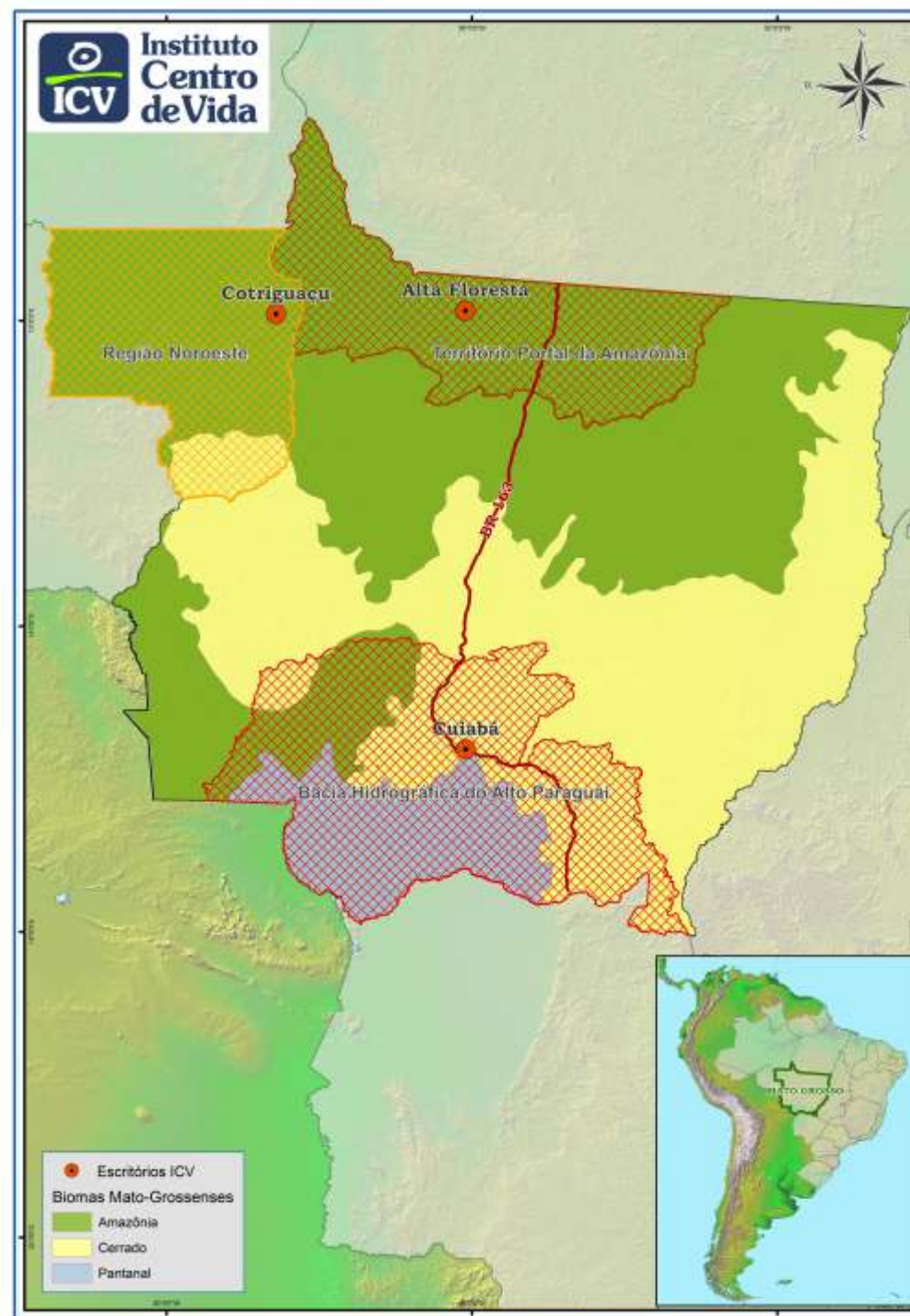
Bom Manejo Florestal | Promover a expansão e a melhoria dos Planos de Manejo Florestal Sustentável, aumentando a transparência das informações e diminuindo as práticas predatórias e ilegais

Desenvolvimento Rural Comunitário | Apoiar as comunidades rurais em seu processo de organização e planejamento, na gestão colaborativa do território, no uso e difusão de tecnologias de produção e beneficiamento adequadas às realidades locais, com base na agroecologia



Onde estamos

Temos nossa sede na capital de Mato Grosso, Cuiabá, e escritórios nos municípios de Alta Floresta, região norte do estado, e Cotriguaçu, na região noroeste. Nossa atuação abrange o estado de Mato Grosso, que possui extensão territorial de 903 mil quilômetros quadrados, divididos entre os biomas: Amazônia (53%), Cerrado (40%) e Pantanal (7%), com uma população de três milhões de habitantes. Os trabalhos de campo estão situados nas regiões do Território Portal da Amazônia, Noroeste e Bacia do Alto Paraguai.



Nosso trabalho consiste em construir e disseminar soluções de sustentabilidade que visam conciliar a produção agropecuária e florestal com a conservação e recuperação dos ecossistemas naturais e de seus serviços. Fazemos isso com base em estudos e análises, bem como em experiências práticas no campo, sempre buscando a participação efetiva e ativa dos atores locais na construção destas soluções.

A disseminação se dá por meio da comunicação socioambiental, capacitação e empoderamento de grupos sociais marginalizados. Uma característica importante, que contribui para ampliar os resultados, é a atuação em parceria e em rede com outras organizações e coletivos de diversos setores da sociedade.

O leque de ações realizadas pelo ICV abrange os campos da governança florestal e das políticas públicas em nível estadual e das iniciativas locais em nível municipal.

GOVERNANÇA FLORESTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM NÍVEL ESTADUAL

Acompanhamos e monitoramos a gestão florestal estadual, e apoiamos o desenvolvimento de propostas de políticas de incentivo à conservação florestal. Sempre que necessário, mobilizamos a sociedade através da imprensa, de campanhas e de ações em rede pela integridade e o fortalecimento da política ambiental de Mato Grosso.

INICIATIVAS LOCAIS EM NÍVEL MUNICIPAL

Fomentamos a regularização ambiental das propriedades rurais e a adoção de melhores práticas agropecuárias e florestais, bem como o fortalecimento das comunidades rurais nos assentamentos da reforma agrária, todos elementos-chave da agenda de municípios sustentáveis.

PROGRAMA GOVERNANÇA FLORESTAL

Avaliar os principais processos e práticas da gestão das florestas, apontar as deficiências e propor mudanças ou novos mecanismos, valorizando a inclusão das comunidades e atores locais.



O estado de Mato Grosso viu surgir uma forte expansão agropecuária a partir da década de 1970, como resultado da política expansão territorial dos governos militares, baseada na colonização pública e privada e na construção de estradas. A posterior inserção do estado na dinâmica da globalização, com a produção em larga escala de commodities agropecuárias para exportação intensificou esta expansão. Entre 1990 e 2011, foram desmatados 120 mil quilômetros quadrados de florestas. Isto representa 35% de todo o **desmatamento na Amazônia Brasileira** nesse período (INPE). Há muitos anos, o estado também lidera a quantidade de focos de calor no país.

Apesar de grandes avanços desde 2006, a gestão florestal de Mato Grosso ainda apresenta vários gargalos no monitoramento e controle do desmatamento e da exploração madeireira. Depois de um período de **significativas reduções**, no ano de 2011 as taxas de desmatamento voltaram a subir em Mato Grosso, por conta de uma expectativa de anistia de desmatamentos ilegais com a sanção do Zoneamento Sócio-Ecológico e

Econômico do estado, posteriormente suspenso pela Justiça.

Prevê-se um crescimento de 60% da produção de grãos e de 100% da produção pecuária até 2020 (IMEA). Somando-se estas previsões ao momento atual, de integração do estado na rede de infraestrutura de transporte e energia do país, pode-se esperar uma renovada pressão de desmatamento em áreas de floresta e de cerrado.

Na exploração madeireira, além dos entraves administrativos que continuam dificultando o bom desenvolvimento da atividade, persiste um alto nível de exploração ilegal beneficiada por várias brechas nos diferentes componentes do sistema de monitoramento e controle. Essa situação gera prejuízos não somente ao meio ambiente, como também ao próprio setor, criando uma concorrência desleal para aqueles que trabalham na legalidade.

Outras frentes de pressão somam-se a estas. O País vive um momento de retrocesso na legislação ambiental, como a redução da proteção das florestas com o novo

Até 2010, cerca de 39% da área original de florestas e 42% da área original de cerrado e pantanal tinham sido destruídos e convertidos em pastagens e plantações, atingindo também nascentes e matas ciliares. MT respondeu por cerca de 50% das áreas de degradação por fogo ou exploração florestal predatória na Amazônia brasileira na última década

O período de agosto de 2004 a julho de 2005 registrou 8.737 km²; entre agosto de 2010 e julho de 2011, 516 km²

Código Florestal; e de multiplicação das obras de infraestrutura. Em toda a Amazônia, inclusive em Mato Grosso, usinas hidrelétricas ameaçam os recursos naturais e as populações tradicionais, além de gerar graves desequilíbrios sociais.

Neste cenário, o ICV procura avaliar os principais processos e práticas da gestão das florestas, apontar as deficiências e propor mudanças ou novos mecanismos, valorizando a inclusão das comunidades e atores locais. Atuamos nos temas de planejamento territorial, gestão florestal e políticas para a redução e o controle do desmatamento. O trabalho consiste em criar e participar em espaços de diálogo concernentes a estes temas, subsidiar esses espaços e a sociedade em geral com informação qualificada e propor soluções de sustentabilidade.

Em 2012, uma atuação importante do ICV em busca destes objetivos foi a forte articulação em rede com outras organizações socioambientais para não apenas monitorar, mas participar da construção das políticas ambientais. Neste contexto, a

conquista de uma cadeira no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) para o biênio 2012-2013 merece destaque.

Também apoiamos a gestão ambiental em dois municípios, Alta Floresta e Cotriguaçu, estimulando o Cadastro Ambiental Rural (CAR) – atividade que caminha junto com ao estímulo à adequação ambiental de propriedades rurais. Esta ação já resultou na saída de Alta Floresta da lista de municípios críticos do desmatamento na Amazônia. Também iniciamos o monitoramento da cobertura florestal relacionada às obras de infraestrutura no rio Teles Pires – o primeiro passo para o monitoramento da gestão florestal nas regiões onde estas obras estão acontecendo.

Outro destaque deste ano foi a participação ativa na construção da **Lei de REDD** de Mato Grosso e a mobilização em torno do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE). Contribuímos com informação técnica e mobilização da sociedade em torno da construção do Sistema Estadual de Redução de Emissões do

Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e realizamos intensa mobilização conjunta com outras organizações e Ministério Público para suspender o ZSEE aprovado pela Assembleia Legislativa. Este ZSEE aprovado pelos deputados mato-grossenses desrespeitava tanto aos estudos técnicos quanto propostas recolhidas nas audiências públicas.

Desafios

As conquistas alcançadas nos desafiam a dar continuidade ao trabalho, agora buscando a implementação do mecanismo REDD construído de forma participativa; ampliar e fortalecer gestão ambiental municipal nos municípios sob maior pressão do desmatamento; e participar ativamente da revisão do PPCDQ-MT, envolvendo a sociedade na avaliação do Plano e sua adequação para os próximos anos.

A Lei nº 9.878, aprovada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso (AL-MT) em dezembro de 2012 e sancionada em de 07 de janeiro de 2013

PRINCIPAIS RESULTADOS

- ☑ Pessoas treinadas/capacitadas: 400
- ☑ Políticas, Leis, Acordos e Regulamentos influenciados:
 - ↪ Sistema Estadual de REDD+ de Mato Grosso
 - ↪ Estratégia Nacional de REDD
 - ↪ Definição das Salvaguardas Nacionais
 - ↪ Regimento interno do Consema
 - ↪ Manutenção da área de amortecimento
 - ↪ Fundo Municipal de Meio Ambiente de Cotriguaçu
 - ↪ Regimento interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cotriguaçu

PRINCIPAIS PRODUTOS

Seminários e oficinas

Duas oficinas de capacitação do Conselho Municipal de Meio ambiente de Cotriguaçu

II Seminário sobre Sistema de Controle e Monitoramento Florestal de Mato Grosso

Seminário REDD+ em Mato Grosso: rumo à implementação

Publicações e estudos

Avaliação das Condições de Participação da Sociedade nos processos de REDD

Avaliação dos avanços e dos novos desafios no sistema de monitoramento florestal de Mato Grosso

Relatório do II Seminário sobre Sistema de Controle e Monitoramento Florestal de Mato Grosso

Contribuição para construção do sistema de salvaguardas nacionais para projetos de REDD

Outras atividades importantes

Acompanhamento de processos de regulação setoriais multi-atores do setor privado: Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS) e Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS)

Monitoramento do Programa de regularização ambiental de propriedades rurais (MT Legal) e do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ-MT)

PROGRAMA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS

Gerando e disseminando conhecimentos para subsidiar a gestão e o manejo sustentável das florestas e contribuir na elaboração de planos de gestão colaborativa para municípios e comunidades locais.



A forte expansão das atividades agropecuárias nas últimas décadas fez de Mato Grosso o maior estado agropecuário no Brasil com uma produção de soja de 21 milhões de toneladas em 2011 (28% do total nacional e 7% do total mundial) e um rebanho bovino de 29 milhões de cabeças, também o maior do Brasil (IBGE). A exploração florestal, uma atividade importante nas regiões norte e noroeste do estado, representava cerca de 4 milhões de metros cúbicos de toras em 2009 (Imazon).

O grande desafio socioambiental desta década em Mato Grosso é conciliar produção agropecuária e conservação, com a constante redução do desmatamento e a progressiva recuperação de áreas naturais degradadas, especialmente as nascentes e matas ciliares e os corredores ecológicos.

Neste sentido, buscamos promover ações de conservação dos Serviços Ecossistêmicos na Amazônia Meridional, gerando e disseminando conhecimentos que subsidiem a gestão e o manejo sustentável das florestas e contribuam na elaboração de planos de gestão colaborativa para municípios e comunidades locais.

Como em todo o trabalho do ICV, pautamos nossas ações na participação dos atores locais na construção de propostas de conservação e uso dos recursos naturais, na geração de pesquisa científica de qualidade, aproximação destas pesquisas com os conhecimentos tradicionais e na geração de informação agregadas e integradas às discussões sociais, econômicas e ambientais.

Nos últimos três anos, passamos a focar este trabalho na região Noroeste de Mato Grosso. Esta é considerada a última fronteira florestal do Estado, composta por sete municípios: Aripuanã, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juína, Juruena e Rondolândia. Apesar de ter perdido 10.000 km² de florestas nos últimos dez anos, ainda mantém aproximadamente 80% de sua cobertura florestal original, parte disto protegido por Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Cotriguaçu, principal município onde trabalhamos, exemplifica esta tendência de expansão. Mesmo possuindo a maior parte de seus 9 mil quilômetros quadrados ainda cobertos por floresta, está na lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) dos

municípios considerados críticos pelos índices de desmatamento na Amazônia Legal. Começamos a trabalhar nesta região com o objetivo de vencer um enorme desafio: reduzir o desmatamento e a degradação florestal e, ao mesmo tempo, apoiar o desenvolvimento de atividades produtivas com menos impacto sobre os recursos naturais.

Em 2012, aprimoramos a integração de iniciativas de apoio ao desenvolvimento da gestão ambiental municipal, ao bom manejo florestal, às boas práticas agropecuárias, à governança social e ambiental nos assentamentos e a integração das áreas protegidas. O desenho e implementação do Programa de Desenvolvimento do Bom Manejo Florestal (Prodemflor), testado em escala piloto no município de Cotriguaçu, representou um grande passo deste programa no ano.

Entre 2000 e 2008, a taxa média de desmatamento em Cotriguaçu foi de 1,5% ao ano, acima da média da região (1,0%)

A iniciativa, desenvolvida em conjunto com o governo estadual, setor florestal e organizações da sociedade, busca promover a melhoria das práticas de manejo florestal e o aumento do controle e da transparência neste importante **setor econômico**. Ao aderirem voluntariamente ao programa, os empreendedores submetem seus Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) a um monitoramento independente e se comprometem a adotar melhoria de suas práticas de manejo. Em troca, recebem apoio e capacitação técnica para a elaboração e implantação desses projetos.

Outro conjunto de atores importantes na conservação dos recursos florestais são os povos indígenas. Suas terras, somadas às unidades de conservação, abrangem 37% da área total da região Noroeste. Em 2012, com o acúmulo de aprendizados sobre as culturas, formas de organização e temporalidades das diferentes etnias da região foi possível qualificar a abordagem do trabalho de gestão territorial indígena. O desenvolvimento de um plano de gestão para a TI Escondido, da etnia

Rikbatsa é resultado deste aprendizado. O aprofundamento dos estudos e testes das metodologias de mensuração de carbono, adequando as metodologias existentes às especificidades da região Noroeste, completam o quadro de destaques do programa.

Desafios

A partir de 2013, nosso desafio é refinar nossa abordagem de conservação aliada à gestão territorial e à governança coletiva. O grande desafio de conservação nesta fronteira agrícola é agregar as áreas protegidas à pauta de desenvolvimento deste território. E, com isso, fazer com que os diferentes atores valorizem as áreas protegidas, desde as Unidades de Conservação e Terras Indígenas até as áreas de preservação nas propriedades privadas.

A região Noroeste possui 173 empresas madeireiras que consomem anualmente 1.652 m³ de madeira em tora, geram 24 mil empregos e arrecadam US\$ 352 milhões em receita bruta

PRINCIPAIS RESULTADOS

☑ Pessoas treinadas/capacitadas: **65**

☑ Hectares trabalhados: **164** ha

PRINCIPAIS PRODUTOS

Seminários e oficinas

Reunião Técnica sobre Monitoramento de Sistemas Agroflorestais

Série Capacitação de Profissionais de Empresas do Setor Florestal de Cotriguaçu aderentes ao Prodemflor

- TCS (Técnicas Especiais de Corte de Árvores e Segurança em Manejo Florestal);

- TOA (Técnicas de Planejamento e Operação de Arraste em Manejo Florestal);

- TOI (Técnicas de Planejamento e Construção de Infraestruturas na Exploração de Impacto Reduzido)

Segundo Módulo de Cursos Ex-situ do Instituto de Florestas Tropicais (IFT) a Funcionários de Empresas aderentes ao Prodemflor

Oficina de Noções básicas de Etnocartografia para Indígenas

Oficina de noções básicas de GPS para Indígenas

Oficina de mapeamento cultural colaborativo para Indígenas

Publicações e estudos

Protocolo de Monitoramento de Sistemas Agroflorestais no Portal da Amazônia

Análise de viabilidade de um projeto de carbono florestal para apoiar a recuperação de APP no município de Cotriguaçu-MT

Boletim técnico do Programa de Desenvolvimento do Bom Manejo Florestal no Estado de Mato Grosso (Prodemflor)

Protocolo de Análise e Avaliação de Planos de Manejo Florestal Sustentável/POA-PRODEMFLOR (Primeira versão)

Protocolo de Análise e Avaliação dos Mapas de Planos de Manejo Florestal Sustentável/POA-PRODEMFLOR (Primeira versão)

Outras atividades importantes

Há três anos desenvolvemos uma parceria com a Universidade da Flórida e a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), que resultou no Curso de Especialização em Gestão Colaborativa de Sistemas Socioecológicos Complexos na Amazônia, em colaboração com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e concluído em 2012. Na sequência, demos início a uma nova especialização, agora com foco em pequenas propriedades. Esta nova etapa conta com a parceria do Instituto Ouro Verde, referência local de trabalho com pequenas propriedades.

PROGRAMA SUSTENTABILIDADE

Educação rural e ambiental, socialização de políticas públicas, organização comunitária e processos de experimentação e inovação técnica



A expansão agropecuária ocorrida a partir da década de 1990 foi acompanhada de um crescimento significativo da economia do estado, porém com fortes disparidades regionais e sociais. O PIB per capita em 2010 foi de R\$ 19 mil, igualando-se à média nacional. Mas no centro-norte e leste do estado, onde se concentram atividades agrícolas e agroindustriais de grande escala, o PIB per capita dos municípios varia entre R\$ 40 e 130 mil, enquanto no norte, nordeste e noroeste do estado, onde se concentram as atividades pecuárias e florestais, varia entre R\$ 6 e 11 mil, assim como nos municípios da Baixada Cuiabana.

No meio rural, as disparidades sociais são reveladas pelo nível extremamente elevado e crescente de concentração de terras e pela situação precária do grupo social da agricultura familiar. Em 2006 as propriedades menores que 100 hectares representavam 68% do número total de estabelecimentos rurais, mas somente 6% da área total (IBGE). As cerca de 150 mil famílias de agricultores familiares existentes no estado, aproximadamente a metade delas assentadas pela reforma agrária, sofrem com o difícil acesso aos serviços básicos de saúde, educação e transporte. A estas

famílias, muitas assentadas em áreas de floresta distantes dos núcleos urbanos, também faltam assistência técnica, crédito e oportunidades para agregação de valor e comercialização de seus produtos.

Sensíveis a este cenário, desenvolvemos atividades que buscam a sustentabilidade da agricultura familiar no estado de Mato Grosso, sob uma perspectiva agroecológica. Trabalhamos com a disseminação de práticas sustentáveis como recuperação ecológica de pastagens, restauro de Áreas de Preservação Permanente (APP) degradadas através de métodos agroflorestais e valorização de sementes nativas.

Nossa atuação busca apoiar as organizações de base, principalmente em seu planejamento estratégico e captação de recursos, organização da produção e acesso a mercados diversificados. Promovemos atividades de educação rural e ambiental, socialização de políticas públicas, organização comunitária e processos de experimentação e inovação técnica.

Em 2012, os trabalhos do Programa Sustentabilidade se deram em três regiões: na região da Bacia do Alto Paraguai, principalmente nos



municípios de Diamantino, Alto Paraguai e Nortelândia; na região norte, no município de Alta Floresta; e no noroeste, em Cotriguaçu. Depois de um intenso processo de diagnósticos e reuniões de planejamento com as comunidades em 2011, neste ano as ações de campo foram bastante intensificadas.

Outros destaques deste ano foram o desenvolvimento de um Protocolo de Monitoramento de Sistemas Agroflorestais e as atividades de campo no Assentamento Nova Cotriguaçu. Em parceria com o Instituto Ouro Verde construímos uma metodologia de avaliação de sistemas agroflorestais que envolve aplicação de questionários, medições de biodiversidade e indicadores sociais e econômicos. O método foi testado e está em uso em quatro municípios da região Norte: Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita e Terra Nova do Norte. No Assentamento Nova Cotriguaçu realizamos atividades de valorização da agricultura familiar que resultaram na realização do I Encontro de Saberes e Sabores do assentamento e aprovação de aprovação de dois projetos comunitários sob gestão dos grupos de mulheres.

Desafios

Para os próximos anos, nossos desafios estão em consolidar processos autogestionados, de modo que as comunidades se tornem verdadeiramente autônomas. Além de divulgar amplamente os resultados das unidades experimentais, ampliar a abrangência das ações e apoiar a adesão dos assentamentos ao Programa de Regularização Ambiental.



PRINCIPAIS RESULTADOS

☑Pessoas treinadas/capacitadas: 900

☑Hectares trabalhados: 91

☑Projetos de comunidades aprovados: 02

PRINCIPAIS PRODUTOS

Seminários e oficinas

- Oficinas
- Adubação Química e Orgânica
- Aproveitamento do Babaçu
- Avicultura Alternativa com Galinha Caipira*
- Beneficiamento de Frutas
- Cadastro Ambiental Rural para Assentamentos*
- Coleta, Beneficiamento e Armazenamento de Sementes Nativas e Demarcação de Matrizes
- Controle Biológico de Cigarrinhas de Pastagem
- Curso de Crochê
- Curso de Formação de Lideranças (2 módulos)
- Curso de Wagonite
- Horticultura Orgânica
- Mapeamento Colaborativo*
- Monitoramento de SAFs*
- Planejamento de Galinheiros
- Sistemas Rotacionados de Pastagens*
- Tratamento de Águas Cinzas
- Variedade de Cana para Alimentação do Gado Leiteiro

*Oferecido para duas ou mais turmas

Publicações e estudos

- Intercâmbios
- Conhecendo Experiências de Comercialização Solidária de Juruena e Juína
- Conhecendo a Casa de Farinha Ouro Verde
- Conhecendo os Sistemas Agroflorestais de Nova Esperança
- Sistemas de produção agroecológicos de Alta Floresta e Carlinda
- Seminários
- I Encontro de Saberes e Sabores do PA Nova Cotriguaçu
- Processos Institucionais de Comercialização
- Diagnóstico Social, Econômico e Ambiental e Planejamento Participativo
- Protocolo de Monitoramento de Sistemas Agroflorestais

Outras atividades importantes

- Planejamento estratégico, organização da produção e acesso a mercados: assessoria sobre estes temas para as comunidades Nova Esperança, Novo Horizonte, Santa Clara e Ouro Verde, no Projeto de Assentamento Nova Cotriguaçu
- Pecuária Leiteira: organização de um grupo de boas práticas com 17 beneficiários diretos e cerca de 40 participantes das comunidades vizinhas
- Coletores de Sementes: fortalecimento do Grupo de Coletores dos assentamentos Peraputanga e Caeté, de Diamantino; Raimundo Rocha, de Nortelândia; e Capão Verde, de Alto Paraguai

DEPARTAMENTOS



Gera e disponibiliza informações para a gestão ambiental com base em técnicas e ferramentas de sensoriamento remoto, geoprocessamento e serviços web. Busca subsidiar as discussões nos espaços de diálogo e apoiar e capacitar técnicos, especialmente nos municípios, para desenvolverem ações de gestão ambiental.

Atua com uma visão ampliada da dimensão territorial, armazenando, sistematizando e disponibilizando informações sobre aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos, assim como de uso e ocupação do solo. Essas intervenções favorecem o monitoramento das transformações da paisagem nas florestas como: desmatamento, queimadas, exploração florestal, atividades agropecuárias, implantação de assentamentos, entre outros.

Através deste Departamento, o ICV integra a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), um grupo de onze organizações da sociedade civil dos países da região amazônica que consolida informações e metodologias para produção de mapas e análises estratégicos na escala regional.

Em 2012, finalizamos o mapeamento de Áreas de Alto Valor para a Conservação (HCVA – High Conservation Value Areas), com foco no bioma Cerrado, uma ferramenta importante para as discussões da Mesa Redonda da Soja Responsável. Também auxiliamos na construção dos mapas para expansão da soja no Cerrado brasileiro, apresentando mapeamento das áreas passíveis e não-passíveis de expansão a esta Mesa Redonda.

Destaques do trabalho no ano

○Mobilidade: realizamos uma expedição a campo utilizando um recurso de coleta de dados por aparelhos telefônicos com GPS que são agregados a um banco de dados online e disponibilizados por meio de um serviço de mapas (opendatakit.org)

○Parceria com Google: doação de uma conta especial para armazenamento e disponibilização de dados geográficos da Google Earth Outreach Program. Os mapas dentro deste programa possuem 250.000 visualizações internas e 10 milhões de visualizações externas (google.com/earth/outreach)

○Desafios

Manter o monitoramento por satélite de toda a Pan-Amazônia e para isso estamos buscando parceria com Google e ESRI

Testar o monitoramento das áreas de restauro de nossos projetos com um balão imageador, recentemente adquirido.

→ PRINCIPAIS PRODUTOS

→ Atlas Amazonía Bajo Presion - RAISG

→ Mapa Deforestación 2000 a 2010- RAISG

→ Mapeamento de HCVA 1 a 4 para Cerrado Mato-grossense

→ Mapeamento de HCVA 1 a 6 para Cerrado Mato-grossense localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Xingu

→ Mapa Statplanet

→ Diagnóstico Ambiental de Cotriguaçu

→ Mapa Áreas Protegidas

O Departamento de Políticas Públicas trabalha de forma transversal em apoio às diferentes atividades do ICV no que diz respeito aos processos de discussão e construção de políticas públicas. Mantém atuação com outras organizações em espaços colegiados, redes de ONGs, articulações regionais, nacionais e internacionais, participando de fóruns, redes e espaços coletivos, como o Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad).

É através deste Departamento que o ICV participa da Comissão Executiva do Fórum Amazônia Sustentável (FAS) e do Comitê Diretivo da Articulação Regional da Amazônia (ARA), da qual somos ponto focal no Brasil e Secretaria Executiva Regional. A articulação em rede com as organizações que participam da FAS e da ARA visa coordenar esforços colaborativos frente aos desafios do desmatamento e das mudanças climáticas, e ao mesmo tempo contribuir com um movimento mais articulado e unificado na direção de uma nova economia em toda a

Amazônia.

Em 2012, o ICV deu continuidade à sua participação nestes espaços articulados, bem como nas discussões a respeito da alteração do Código Florestal, participando do Movimento Floresta Faz Diferença, buscando impedir retrocessos na legislação brasileira.

Destaques do trabalho no ano

Realização do II Encontro Pan-Amazônico, junto com o Fórum Amazônia Sustentável, que reuniu cerca 400 pessoas de sete países distintos, procurando construir o diálogo e uma visão compartilhada em busca da sustentabilidade. A própria estruturação da Secretaria Executiva faz parte do esforço do ICV em pensar a Amazônia para além das fronteiras nacionais

Mais de mil pessoas foram envolvidas nas atividades da ARA e Rio+20

PRINCIPAIS PRODUTOS

- 2º Encontro Pan-Amazônico
- Articulação de Grupo de Trabalho sobre REDD na ARA
- Articulação de Grupo de Trabalho sobre Infraestrutura na ARA
- Painel na Rio+20 sobre Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em parceria com a FAS
- Painel na Rio+20 sobre Obras de Infraestrutura na Amazônia, em parceria com a FAS

Canais de comunicação do ICV

www.icv.org.br
Conteúdo institucional



www.estacaovida.org.br
Comunicação interativa, com notícias e artigos



www.agroambiente.org.br
Dedicado à pauta da responsabilidade socioambiental do agronegócio com foco na pecuária e soja



Desempenho em 2012



Assessoria de Imprensa:

- ☑ 71 notícias redigidas
- ☑ 84 entrevistas concedidas
- 193 inserções em veículos estaduais e nacionais

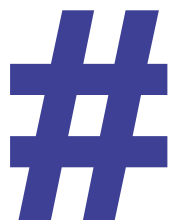
Interação nos sites
(ICV+Agroambiente+Estação Vida):

- ☑ 25 mil visitas
- ☑ 142 mil páginas visualizadas
- ☑ 2.693 downloads da Biblioteca
- ☑ 1.311 downloads da Mapoteca

[#Facebook](#): passamos de 246 para 850 likes

[#Twitter](#): passamos de 889 para 1.204 seguidores

Trending topics do ICV na Imprensa



- #Reforma do Código Florestal
- #Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE)
- #Cadastro Ambiental Rural (CAR)
- #Desmatamento e queimadas
- #Saída de Alta Floresta da lista crítica de municípios que mais desmatam na Amazônia



Desafios



- #Ampliar o acesso a públicos sensíveis aos temas de trabalho do ICV mas que ainda não nos conhecem
- #Aprimorar o uso das redes sociais
- #Ampliar a inserção na agenda da imprensa nacional

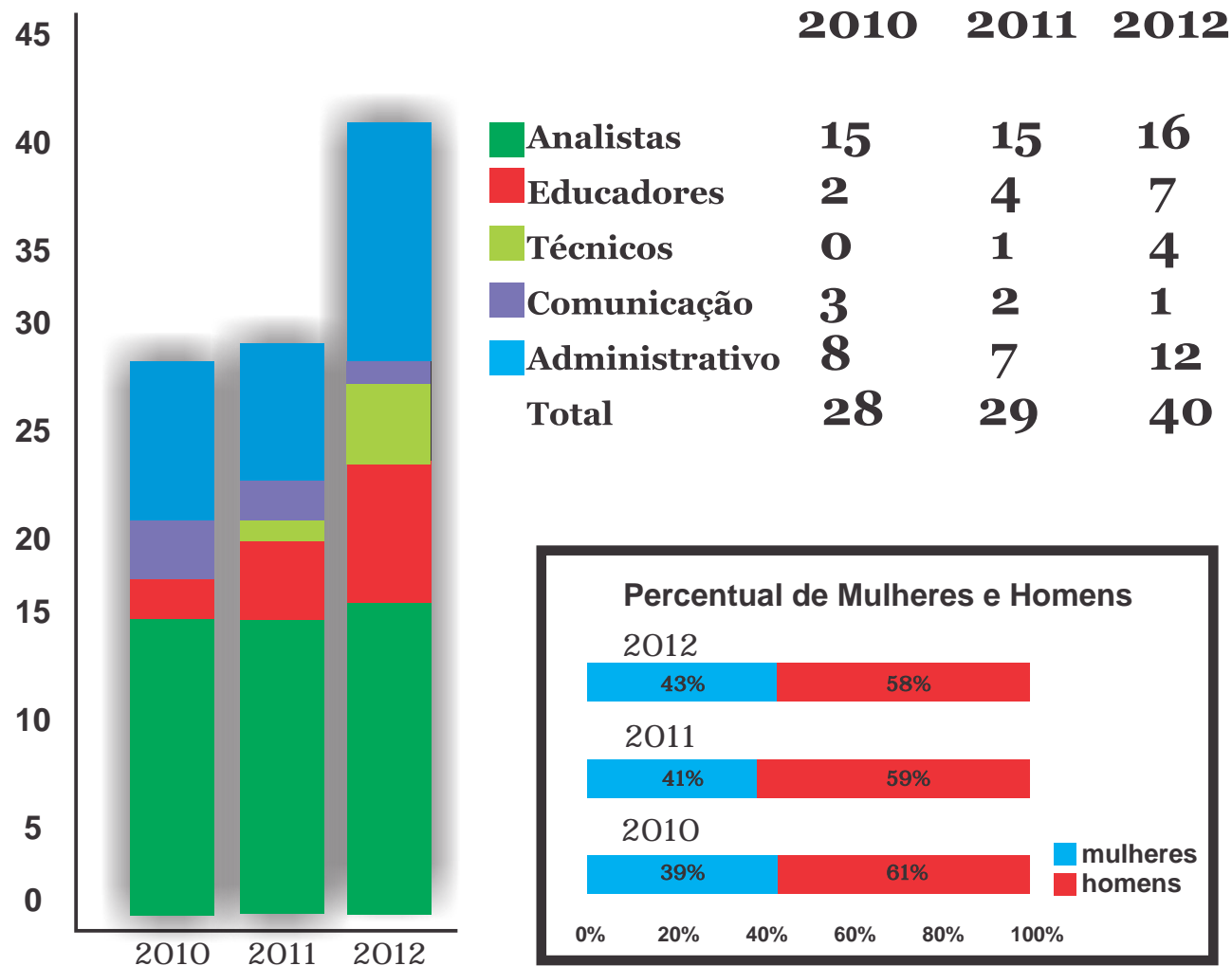
Em 31 de dezembro de 2012, a equipe do ICV contava com um total de 40 funcionários efetivos, incluindo 16 analistas, sete educadores, quatro técnicos, um jornalista e doze funcionários da área administrativa e financeira, além de sete estagiários. Em relação a 2011, o crescimento mais expressivo se deu nas equipes de educadores e administrativa e financeira.

O percentual de colaboradores da área técnica (analistas, técnicos e educadores) que possuem pós-graduação aumentou de 28% para 32% em função da contratação de novos profissionais com mestrado. Atualmente 10 funcionários do ICV são mestres e 3 possuem doutorado.

Em termos de equilíbrio de gênero, a situação no final de 2012 ficou mais equilibrada, aumentando a representatividade feminina de 39% em 2010 para 43% e, em consequência, diminuindo a representatividade masculina para 58%. Considerando o aumento da equipe, com novas contratações em 2012, os números mostram a busca do

ICV em promover o equilíbrio de gênero, inclusive nos cargos de liderança.

Número de colaboradores do ICV



Índice

Relatório dos auditores independentes	28
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais	30
Demonstrações de resultado	31
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	32
Notas explicativas às demonstrações contábeis	34

Ao Conselho Diretor do Instituto Centro de Vida Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Centro de Vida (Instituto), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de superávits (déficits), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Centro de Vida, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota explicativa nº 8, o Instituto Centro de Vida mantém em conta do passivo circulante na rubrica de Recursos vinculados, os valores recebidos e ainda não aplicados nos projetos financiados por entidades estrangeiras e nacionais. A maior parte dos recursos está representada por empréstimos realizados para suprir necessidades de capital de giro da Instituição e de outros projetos. A execução dos projetos, com a utilização dos recursos, depende do recebimento dos empréstimos, além da necessidade da obtenção de

recursos livres para a capitalização do Instituto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 26 de março de 2013.



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2012	2011
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.712.253	158.144
Contas a receber de projetos	6	517.182	728.016
Outros créditos		115.868	59.234
Despesas do exercício seguinte		11.263	-
Total do ativo circulante		3.356.566	945.394
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	5	1.893	1.893
Imobilizado	5	563.557	567.008
Intangível		11.754	19.448
Total do ativo não circulante		577.204	588.349
Total do ativo		3.933.770	1.533.743

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2012	2011
CIRCULANTE			
Fornecedores		47.130	93.745
Férias e encargos sociais		262.482	222.568
Obrigações fiscais e sociais	7	241.202	217.968
Recursos vinculados a projetos	8	3.215.813	839.686
Outras obrigações		17.889	12.612
Total do passivo circulante		3.784.516	1.386.579
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Patrimônio social		147.164	191.775
Superavit (déficit) do exercício.		2.090	(44.611)
Total do patrimônio líquido		149.254	147.164
Total do passivo e patrimônio líquido		3.933.770	1.533.743

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em reais - R\$)

RECEITAS	2012	2011
Doações nacionais	2.591.816	790.136
Doações internacionais	3.283.038	1.955.319
Prestação de serviços	125.468	881.428
Receitas financeiras	8.363	4.530
Outras receitas	203.465	64.234
	6.212.150	3.695.647
DESPESAS		
	2.289.277	1.706.187
Salários e benefícios	563.528	443.483
Encargos sociais	1.574.905	747.713
Serviços prestados por terceiros	895.390	382.417
Administrativas e gerais	759.365	359.998
Viagem e diárias	127.595	100.460
Depreciação e amortização	6.210.060	3.740.258
Superávit (déficit) do exercício	2.090	(44.611)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em reais - R\$)

	Patrimônio social	Superávit/déficit	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	54.128	48.285	102.413
Ajustes de exercícios anteriores	(3.638)		(3.638)
Doações recebidas de ativo imobilizado	93.000		93.000
Incorporação ao patrimônio social	48.285	(48.285)	-
Déficit do exercício	-	(44.611)	(44.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	191.775	(44.611)	147.164
Incorporação ao patrimônio social	(44.611)	44.611	-
Superávit do exercício	-	2.090	2.090
Saldos em 31 de dezembro de 2012	147.164	2.090	149.254

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em reais - R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Superávit (déficit) do exercício	2.090	(44.611)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	127.595	100.460
Valor residual de imobilizado baixado	7.895	-
Ajustes de exercício anterior	-	(3.638)
Doações recebidas	-	93.000
	<u>137.580</u>	<u>145.211</u>
(Aumento) redução dos ativos		
Circulante:		
Contas a receber de projetos	210.834	(458.894)
Outros créditos	(56.634)	(39.110)
Despesas do exercício seguinte	(11.263)	
	<u>142.937</u>	<u>(498.004)</u>
Aumento (redução) dos passivos		
Circulante:		
Fornecedores	(46.614)	73.387
Férias e encargos sociais	39.913	62.440
Obrigações fiscais e sociais	23.234	27.385
Outras obrigações	5.277	(10.600)
Recursos vinculados a projetos	2.376.127	123.138
	<u>2.397.937</u>	<u>275.750</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em reais - R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Superávit (déficit) do exercício	2.090	(44.611)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	127.595	100.460
Valor residual de imobilizado baixado	7.895	-
Ajustes de exercício anterior	-	(3.638)
Doações recebidas	-	93.000
	<u>137.580</u>	<u>145.211</u>
(Aumento) redução dos ativos	210.834	(458.894)
Circulante:	(56.634)	(39.110)
Contas a receber de projetos	(11.263)	
Outros créditos	<u>142.937</u>	<u>(498.004)</u>
Despesas do exercício seguinte		
Aumento (redução) dos passivos		
Circulante:		
Fornecedores		
Férias e encargos sociais	(46.614)	73.387
Obrigações fiscais e sociais	39.913	62.440
Outras obrigações	23.234	27.385
Recursos vinculados a projetos	5.277	(10.600)
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	<u>2.376.127</u>	<u>123.138</u>
	<u>2.397.937</u>	<u>275.750</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em reais – R\$)

1. Contexto operacional

O Instituto Centro de Vida foi fundado em 14 de abril de 1991, sendo uma instituição civil de direito privado sem fins lucrativos, de caráter científico-cultural, com fins de interesse público, autônoma e sem vinculação político-partidária, nem distinção de credo, raça, etnia e classe social. Foi declarada de utilidade pública pela Lei Estadual nº. 6.752/96 e qualificada como OSCIP conforme DOU de 05 de dezembro de 2003. É dirigida por seus instituidores e sócios efetivos, tem prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Cuiabá-MT, possuindo sub-sede em Alta Floresta – MT. A Entidade tem como objetivo realizar e estimular o desenvolvimento de ações que contribuam para a proteção do meio-ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida e a manutenção da diversidade biológica e cultural, para as presentes e futuras gerações, bem como desenvolver ações de interesse público para a concretização do respeito pela vida, liberdades, direitos

humanos e o fortalecimento da cidadania.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2013.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são também apresentadas em Real e foram arredondadas com a eliminação de centavos.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos

futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado (nota 5).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Instituto.

a) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O ICV reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. O Instituto possui os ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de negociação baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, se aplicável, os ativos são reduzidos por eventual perda do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos sem restrição para movimentação e aplicações financeiras que possuem elevado nível de liquidez os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são, substancialmente, representadas por Fundos de renda fixa, realizadas com instituição financeira de primeira linha às quais estão registradas pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros não derivativos

O ICV reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através da retirada, cancelamento ou pagamento. O ICV possui como passivos

financeiros não derivativos os fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de atraso no pagamento.

c) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessária. Os ativos recebidos em doação são mensurados a valor justo. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos como outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada

sobre o valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

As taxas anuais equivalentes à vida útil média estimada dos ativos para o exercício corrente e período comparativo são as seguintes:

✓ Edificações	4 %
✓ Veículos e equipamentos de informática	20 %
✓ Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e instalações	10 %

Os critérios de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada período de encerramento do exercício para apurar se há evidência objetiva de

que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração não identificou qualquer indicativo que justificasse a constituição de uma provisão para perda sobre seus ativos.

e) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Dentre os benefícios oferecidos pelo Instituto não há qualquer benefício pós emprego a colaborador que possa gerar uma obrigação futura.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o ICV possui uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso seja requerido para liquidar a obrigação.

g) Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. O Instituto possui três tipos principais de receitas (receitas com doações nacionais, receitas com doações internacionais e receitas de prestação de serviços).

h) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos de juros sobre aplicações financeiras. Os rendimentos são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão

sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

i) Doações e contribuições

As doações e contribuições recebidas são reconhecidas como receitas de doações.

j) Contas a receber de projetos

Representam valores a receber dos projetos de financiadores e estão registrados pelo seu valor nominal.

k) Empréstimos entre projetos

Para permitir um maior controle das operações de empréstimos entre os projetos, os valores são contabilizados, simultaneamente, em conta de ativo e de passivo circulantes, sem representar qualquer efeito no patrimônio líquido do Instituto. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo desta rubrica era de R\$ 1.399.948 (R\$ 1.425.949 em 2011).

A característica básica destes empréstimos é que eles são realizados para cobrir momentaneamente as necessidades de capital de giro de determinados projetos, representado pelo descasamento entre a execução das atividades e o ingresso dos recursos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2012	2011
Caixa	72	61
Bancos	587.461	99.668
Aplicações financeiras(*)	124.720	58.415
Total	2.712.253	158.144

(*) *Aplicações financeiras em Fundo de renda fixa no Banco do Brasil*

5. Imobilizado e intangível

As movimentações do custo, da depreciação e amortização nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estão demonstradas nos quadros abaixo:

Imobilizado

Movimentação do custo no exercício de 2011

Descrição	01.01.2011	Adições	Baixas	31.12.2011
Terrenos	58.278			58.278
Edificações	209.515			209.515
Veículos	109.756	93.000		202.756
Máquinas e equipamentos	67.512	13.445		80.957
Móveis e utensílios	28.061	506		28.567
Instalações	17.550	4.621		22.171
Equipamentos de informática	275.065	22.982		298.047
Total	765.737	134.554		900.291

Movimentação das depreciações no exercício de 2011

Descrição	01.01.2011	Adições	Baixas	31.12.2011
Edificações	48.018	8.381		56.399
Veículos	11.883	21.951		33.834
Máquinas e equipamentos	15.125	7.088		22.213
Móveis e utensílios	7.955	2.869		10.824
Instalações	5.161	1.968		7.129
Equipamentos de informática	154.776	48.108		202.884
Total	242.918	90.365		333.283
Valor líquido	522.819	44.189		567.008

Intangível

Movimentação do custo no exercício de 2011

Descrição	01.01.2011	Adições	Baixas	31.12.2011
Sistemas e programas	52.994	1.099		54.093
Marcas e patentes	3.586			3.586
Total	56.580	1.099		57.679

Movimentação das amortizações no exercício de 2011

Descrição	01.01.2011	Adições	Baixas	31.12.2011
Sistemas e programas	28.136	10.095		38.231
Total	28.444	8.996		19.448

Movimentação do custo no exercício de 2012

Descrição	01.01.2012	Adições	Baixas	31.12.2012
Terrenos	58.278			58.278
Edificações	209.515			209.515
Veículos	202.756			202.756
Máquinas e equipamentos	80.957	43.284	2.460	121.781
Móveis e utensílios	28.567		3.100	25.467
Instalações	22.171	9.238		31.409
Equipamentos de informática	298.047	43.882		341.929
Embarcações		7.200	3.600	3.600
Total	900.291	123.604	9.160	1.014.735

Intangível

Movimentação do custo no exercício de 2012

Descrição	01.01.2012	Adições	Baixas	31.12.2012
Sistemas e programas	54.093	743		54.836
Marcas e patentes	3.586			3.586
Total	57.679	743		58.422

Movimentação das amortizações no exercício de 2012

Descrição	01.01.2012	Adições	Baixas	31.12.2012
Sistemas e programas	38.231	8.437		46.668
Total	38.231	8.437		46.668
Valor líquido	19.448	44.189		567.008

Movimentação das depreciações no exercício de 2012

Descrição	01.01.2012	Adições	Baixas	31.12.2012
Edificações	56.399	8.381		64.780
Veículos	33.834	40.452		74.286
Máquinas e equipamentos	22.213	16.308	1.265	37.256
Móveis e utensílios	10.824	2.586		13.410
Instalações	7.129	2.257		9.386
Equipamentos de informática	202.884	48.601		251.485
Embarcações		575		575
Total	900.291	123.604	9.160	1.014.735
Valor líquido	567.008	44.189		563.557

6. Contas a receber de projetos

Os valores correspondem a recursos aplicados em atividades de Projetos durante os exercícios mencionados e que serão restituídos pelos seus financiadores no ano seguinte.

Projeto	2012	2011
Diálogos/CE(WWF)	38.644	38.644
Carbono Socioambiental do Xingu /Natura	177.610	219.980
Governança Ambiental Produção Responsável / USAID (TNC)		174.447
HCVA / BACP	60.063	70.577
Redd + / USAID (TNC)		128.193
Seminário Panamazônico / Avina		31.567
Amazônia / Avina		64.608
Espaço Vitória / Petrobrás	35.898	
Secretaria Executiva ARA / Fundo Vale	96.352	
GAPR / TNC	63.729	
Secretaria Executiva ARA / Avina	19.518	
GFI / NORAD (WRI)	25.368	
Total	517.182	728.016

7. Obrigações fiscais e sociais

Descrição	2012	2011
INSS – salários	55.095	42.275
INSS – serviços prestados	8.521	7.494
Imposto de renda retido na fonte – salários	127.365	122.642
Imposto de renda retido na fonte – serviços prestados	14.735	13.371
FGTS	18.165	14.445
Outros tributos	17.321	17.741
Total	241.202	217.968

8. Recursos vinculados a projetos

Os recursos recebidos de financiadores para aplicação em projetos são inicialmente contabilizados no passivo circulante na rubrica de Recursos vinculados a projetos. Ao final do exercício, é feita a transferência para conta de resultado de valor equivalente aos gastos do projeto havidos durante o ano, não tendo influencia na apuração do superávit ou déficit.

Com este procedimento contábil, na data do balanço o saldo da conta de Recursos vinculados a projetos representa valor a ser aplicado em gastos no exercício seguinte, devendo corresponder a fundos existentes em bancos conta movimento, aplicações financeiras ou de empréstimos efetuados para outros projetos.

A conta de Recursos vinculados a projetos nacionais e estrangeiros apresenta em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 3.215.813 (R\$ 839.686 em 2011), conforme detalhes abaixo:

Projetos estrangeiros	2012	2011
GFI / WRI (IMAZON)		38.558
REDD Noroeste / Fundação Packard		49.922
REDD MT / Climateworks		507.145
REDD+ / USAID (TNC)	97.611	
Prodemflor / Porticus	78.166	
Bacia do Alto Paraguai / IUCN – EA	43.589	
Secretaria Executiva ARA / Porticus	168.936	
Pecuária sem Desmatamento / GBMF	1.667.385	
Consolidando Redução MT / CLUA	866.105	
Governança Ambiental Prod. Responsável / (TNC)	10.422	
Secretaria Executiva ARA / Rainforest	17.383	
Outros (2 projetos)	13.686	
	2.963.283	595.625
Projetos nacionais		
Ponto de Cultura / Secretaria Educação MT	1.382	44.146
Cotriguaçu Sempre Verde / Fundo Vale	4.389	187.083
FNMA – Manito		12.832
Pecuária Integral de Baixo Carbono / Fundo Vale	237.324	
Avicultura Agroecológica – Casa	7.110	
Frutas da Esperança – Casa	2.325	
	252.530	244.061
Total dos projetos estrangeiros e nacionais	3.215.813	839.686

Os recursos vinculados que serão aplicados na execução das atividades constantes dos projetos estão alocados nas seguintes contas em 31 de dezembro de 2012:

Projeto	Recursos Vinculados	Empréstimos a Receber (Pagar)	Saldo Bancário	Soma	Sobra (Falta)
Redd+/Usaid – TNC	97.611	693(a)	213.641	214.334	116.723
Prodemflor / Porticus	78.166	95.500(a)	124.948	220.448	142.282
Bacia do Alto Paraguai / IUCN – EA	43.589	53.875(b)	26.477	80.352	36.763
Secretaria Executiva ARA / Porticus	168.936	33.000(b)	50.059	83.059	(85.877)
Pecuária sem Desmatamento / GBMF	1.667.385	(7.500) (a)	1.692.758	1.685.258	17.870
Consolidando Redução MT / CLUA	866.105	311.485 (b)	448.290	759.775	(106.330)
Outros (4)	41.491				
Total de projetos estrangeiros			2.963.283		

Projeto	Recursos Vinculados	Empréstimos a Receber (Pagar)	Saldo Bancário	Soma	Sobra (Falta)
Pecuária Integral de Baixo Carbono / Fundo Vale	237.324	218.750(b)	88.144	306.894	69.570
Outros (4)	15.206				
Total de projetos nacionais			252.530		

Os projetos assinalados com a letra (a), embora tenham empréstimos a receber, não trás na data do balanço, risco da sua execução, pois possui saldo bancário suficiente.

Por outro lado, os projetos indicados com a letra (b), embora um deles tenha sobra, todos tem uma grande dependência do recebimento dos empréstimos realizados.

As rubricas Salários e Institucional são as que apresentam saldos a pagar mais significativos por recursos tomados, sendo R\$ 877.332 (R\$ 829.686 em 2011) para Salários e R\$ 230.625 (R\$ 149.544 em 2011) para Institucional.

O quadro a seguir apresenta os projetos credores de empréstimos efetuados para as rubricas de “Salários e Institucional”:

Projetos Credor	Devedor	Valor
Cotriguaçu Sempre Verde / Fundo Vale	Salários	110.586
	Institucional	3.500
		114.086
REDD MT Ano 2 / CLUA	Institucional	105.940
	Salários	111.750
		217.690
Pecuária de Baixo Carbono / Fundo Vale	Institucional	16.800
	Salários	201.950
		218.750
Consolidando REDD MT / CLUA	Institucional	60.200
	Salários	251.285
		311.485
Prodemflor / Porticus	Institucional	11.000
	Salários	84.500
		95.500
Bacia Alto Paraguai / IUCN – EA	Institucional	45.875
	Salários	8.000
		53.875

Com o objetivo de mitigar o desequilíbrio de recursos necessários para atender o pagamento de gastos não previstos, foi aprovada pelo Conselho Diretor do ICV em reunião realizada em 17 de abril de 2012 a criação do Fundo de Reserva Institucional. Este Fundo tem por finalidade garantir disponibilidade de recursos financeiros para atender a necessidades do pagamento de despesas da Entidade, cujos valores não estejam previstos nos orçamentos dos projetos, bem como viabilizar investimentos de longo prazo. O Fundo de Reserva é

constituído de recursos oriundos de diversas fontes enumeradas em regulamento.

Os recursos serão mantidos em conta de aplicação financeira e a sua movimentação ficará sob a responsabilidade da Coordenação Executiva que elaborará relatórios anuais com as justificativas de cada débito.

Em 31 de dezembro de 2012 há uma aplicação em renda fixa no Banco do Brasil com o saldo de R\$ 20.046 referente a recursos destinados a atender os objetivos de criação do Fundo de Reserva.

9. Isenção tributária

Tendo em vista que o Instituto não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ele está isenta ao pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

10. Patrimônio social

Representa a dotação inicial do Instituto, acrescida dos superávits, de doações patrimoniais e diminuído dos déficits apurados anualmente desde a data da sua constituição.

11. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco de risco financeiro

As atividades do Instituto a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- ✓ Risco de crédito
- ✓ Risco de liquidez
- ✓ Risco de mercado

A presente nota apresenta informações sobre a exposição do ICV a cada um dos riscos acima.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro do Instituto caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações

contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e de aplicações financeiras.

Para redução desses riscos, o ICV adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, o Instituto somente realiza operações com aquelas de baixo risco através de aplicações em fundos de renda fixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2012	2011
✓ Caixa e equivalentes de caixa	2.712.253	58.144
✓ Contas a receber de projetos	517.182	28.016
✓ Outros créditos	115.868	59.234
	3.345.303	945.39

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Instituto encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, em condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação do Instituto.

O Instituto apresentava em 31 de dezembro de 2012 um ativo circulante (liquido de despesa do exercício seguinte) de R\$ 3.345.303 (R\$ 945.394 em 2011) para um passivo circulante de R\$ 3.784.516 (R\$ 1.386.579 em 2011) o que representa uma liquidez negativa de R\$ 439.213 (liquidez negativa de R\$ 441.185 em 2011).

Os vencimentos contratuais de passivos financeiros não ultrapassam o período de 180 dias, o mesmo ocorrendo com os ativos circulantes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio para os recursos recebidos de financiadores do exterior e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados na execução dos projetos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras do Instituto.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis. Este risco é reduzido uma vez que o principal componente do custo dos projetos refere-se a gastos de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio da categoria profissional.

Com relação às taxas de juros, o ICV

realiza seus investimentos em fundos de renda fixa, que apresenta imediata liquidez e remuneração líquida superior a inflação.

12. Cobertura de seguros

De acordo com decisão da Administração, o ICV possui a política de efetuar a contratação de seguros apenas para o Espaço Vitória a partir do ano de 2012 e para os veículos. Não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, o exame das premissas de riscos adotadas pelo Instituto.